



MONGES BARBUDOS DE SOLEDADE E SOBRADINHO: AGRICULTORES, ERVATEIROS, INDÍGENAS E EX-ESCRAVOS RESISTEM À VIOLÊNCIA DOS ANOS 1930

KOPP, Maria da Glória Lopes

Introdução

O presente artigo tem como referência o projeto de pesquisa intitulado *A Chave do Céu e a Porta do Inferno: os monges barbudos* de Soledade e Sobradinho, desenvolvido no curso de mestrado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).¹ A partir de uma perspectiva interdisciplinar, na realização dessa investigação foram aportadas técnicas, métodos e conceitos da Antropologia, da Sociologia e da História. Isso tornou possível estabelecer conexões entre a conjuntura socioeconômica e política da década de 1930 – os confrontos e incertezas do período pré-Segunda Guerra Mundial – e o movimento religioso conhecido e autodenominado de *monges barbudos* ocorrido em 1938 na região rural dos municípios de Soledade e Sobradinho no Rio Grande do Sul.

Nesse trabalho, foram utilizadas fontes documentais produzidas no momento dos acontecimentos, tais como notícias de jornais, registros cartoriais, inquéritos policiais, processos judiciais e registros da administração pública, vários deles inéditos, além de entrevistas realizadas no final dos anos 1980 com alguns participantes já com idade bastante avançada. Essas técnicas possibilitaram identificar nominalmente mais de cem protagonistas do movimento religioso e apontar a existência de uma rede de relacionamento e solidariedade entre os participantes. Ao mesmo tempo, também foram identificados os seus opositores.

Algumas indagações, que ainda não haviam sido resolvidas por outros autores², acompanharam a realização desse novo projeto sobre os *monges barbudos*. Como fio condutor, buscou-se estabelecer quem eram os participantes, quais suas origens sociais, a inserção econômica e os vínculos estabelecidos com a sociedade local. Uma segunda questão

1 KOPP, Maria da Glória Lopes Kopp. *A chave do céu e a porta do inferno: os monges barbudos* de Soledade e Sobradinho. PUCRS, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/6697>. Acesso em 01/11/2014.

2 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981; VERDI, Valdemar Cirilo. *Soledade das sesmarias, dos monges barbudos, das pedras preciosas*. Não me Toque (RS), Gesa, 1987; CAMPOS, Sonia Siqueira et al. *Segredo: história e tradicionalidade*. Porto Alegre: IGTF, 1990, texto de Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, p. 17-27; KUJAWA, Henrique Aniceto. *Cultura e religiosidade cabocla: movimento dos monges barbudos no Rio Grande do Sul -1938*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2001; FILATOW, Fabian. *Do sagrado à heresia: o caso dos monges barbudos (1935-1938)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002; GOES, Cesar Hamilton Brito. *Nos caminhos do santo monge: religião, sociabilidade e lutas sociais no Sul do Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.



investigativa buscou compreender porque os *monges* atraíram o medo e o ódio de seus oponentes. Ou seja, que relações de poder existam naquelas comunidades que fizeram com que um grupo de agricultores buscasse uma organização informal, por meio de um movimento social de caráter religioso, baseado em uma rede de organização entre famílias, visando promover a “justiça divina”. Afinal, como afirma o antropólogo Abner Cohen³, os grupos humanos não se enfrentam por pequenos estranhamentos, mas, de fato, disputam poder entre si.

Dessa forma, nessa investigação identificaram-se os grupos existentes na década de 1930 em Soledade e Sobradinho, suas associações econômicas e políticas, e a natureza dos conflitos. Além disso, evidenciaram-se como os contextos de disputas estaduais, nacionais e da grande conjuntura mundial de conflagração em torno do nazi-fascismo, do comunismo e do liberalismo chegavam às longínquas localidades rurais do interior do Rio Grande do Sul. O desafio foi o de identificar os grupos sociais desses agricultores que passaram a se aglutinar em torno da proposta de promover e divulgar uma “nova religião”.

Os protagonistas: trabalhadores rurais na busca de um novo destino

Os protagonistas do movimento dos *monges barbudos* eram trabalhadores rurais que defendiam uma religiosidade associada a práticas de cura com ervas medicinais e a princípios de vivência comunitária pacífica e de valorização da natureza. Os *monges* tiveram como inspiração um andarilho identificado como *profeta são* João Maria. Com base em práticas mágico-religiosas foram mobilizados cerca de mil participantes. Essa rede de relacionamentos envolveu unidades de parentela identificadas por seus sobrenomes. Como núcleo de referência, aponta-se as famílias Desidério Fiúza, Ferreira França e Gonçalves da Costa. Além desses pequenos proprietários, o movimento religioso mobilizou ex-escravos e comunidades indígenas – especialmente guaranis, mas também grupos caingangues – entre os moradores das florestas de erva-mate e araucária do Planalto Médio e da Encosta da Serra. Essas famílias reuniam-se para rezar e também para compartilhar relações de trabalho, articulando, de maneira informal, estratégias de venda conjunta da produção agrícola em centros comerciais mais distantes em alternativa aos intermediários locais.

Esses trabalhadores rurais tiveram como opositores cerca de 500 pessoas entre as autoridades municipais, negociantes e comerciantes, fazendeiros e colonos de origem

³ COHEN, Abner. *O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978, p. 120.



estrangeira assentados em empreendimentos coloniais do início do século XX. Esses antagonistas promoveram três cercos policiais, que contaram com a colaboração de civis, ocorridos durante a Semana Santa, a Páscoa e em agosto de 1938. Desses confrontos, resultaram mais de cem presos, vários feridos e seis mortos. Os *monges barbudos* resistiram à conjuntura de crise econômica e política com um discurso solidário e místico. Eles foram confundidos com as disputas político-partidárias existentes na época. Por isso, devido às intolerâncias características daquele momento histórico, eles foram reprimidos e perseguidos pela ditadura do Estado Novo (1937-1945).

O movimento dos *monges barbudos* ganhou as manchetes dos jornais⁴ de Porto Alegre e do interior do estado em abril e maio de 1938, com as notícias de dois conflitos violentos entre forças policiais – auxiliadas por moradores locais – e agricultores dos distritos rurais do Jacuizinho e do Lagoão em Soledade, na divisa com o município de Sobradinho. As delegacias de polícia das duas municipalidades produziram informações e relatórios para o governo estadual, na época sob intervenção federal do Estado Novo, chamando a atenção das autoridades estaduais para a “seita de fanáticos” com “suspeita de professar ideias extremistas”⁵. Testemunhas ouvidas na Delegacia de Polícia de Sobradinho, após o cerco violento à Igreja de Santa Catarina, na localidade de Bela Vista, no distrito do Lagoão, sugeriram um insólito vínculo entre os “fanáticos” e o ex-governador do estado, general Flores da Cunha, então exilado no Uruguai.

Além desse suposto vínculo perigoso com o poder deposto, esses “caboclos” foram comparados pelo juiz de direito da Comarca de Candelária, Aristides Dutra Boeira⁶, com os *muckers* (1868-1874) do Ferrabraz, no Rio Grande do Sul, e com os rebeldes de Canudos (1893-1897), na Bahia. Essa associação já seria suficiente para exacerbar velhos traumas sociais e políticos existentes no estado. Mas, o juiz foi além. Ele afirmou que os “fanáticos” praticavam o “baixo espiritismo”, recorriam a poderes “sobre-humanos”, diziam-se capazes “de curar todas as moléstias” e exploravam a “crendice e ignorância de grande número de

4 CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 18 e 21 de abril e 8 de maio de 1938; DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo, 19 e 27 de maio de 1938; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 27 de abril de 1938; O NACIONAL. Passo Fundo, 22 de abril de 1938; KOLONIE. Santa Cruz, 27 de abril de 1938.

5 Dois documentos enviados ao comando da Brigada Militar e, posteriormente, ao interventor federal no Rio Grande do Sul, coronel Cordeiro de Farias, registram informações sobre os *monges barbudos*: o Relatório do 1º tenente Januário Dutra, delegado de polícia e comandante do destacamento da Brigada Militar de Soledade (30 de março de 1938) e o Relatório do major da Brigada Militar José Rodrigues da Silva com vários documentos anexos (12 de julho de 1938). Documentos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

6 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Escritania do Juri de Sobradinho. *Processo crime ordinário comum*. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. 1938-1942. Vistos, Etc. Setença do Juiz de Direito Aristide Dutra Boeira. Candelária, 30 de março de 1942. Vol 2, p. 203-204v. (APERS)



pobres agricultores”. Afora isso, os líderes exerciam “grande autoridade”, contrapunham-se às ordens policiais e religiosas, realizavam reuniões quase “diariamente” e ameaçavam “os que não aderiram”.

Na sentença do juiz Dutra Boeira – que absolveu dois militares e cinco civis pelo assassinato de André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos ocorrido na Coloninha no distrito do Lagoão – pôde-se observar a crescente aglutinação de adeptos para rezas e pregações dessa nova “seita”. Na medida em que cresciam os fiéis, desencadeavam-se boatos, fofocas e temores que provocaram uma decisiva repressão policial auxiliada e motivada por moradores não convertidos e receosos de supostas intenções subjacentes dos *barbudos*. A identificação dos *monges* com o “fanatismo” e com o “extremismo” serviu para desconstituir qualquer possibilidade de reconhecimento das questões apresentadas pelo grupo de agricultores em relação ao *status quo* dominante. As críticas implícitas quanto à violência social e política e quanto às mudanças nos padrões de produção e comercialização agropastoril, principalmente a crescente devastação das florestas e do ambiente natural, ficaram secundarizadas frente à névoa mística que envolveu o movimento social e religioso. As interpretações utilizadas na época dos acontecimentos acabaram por influenciar também alguns estudos posteriores. Na análise da temática dos movimentos messiânicos brasileiros, não raras vezes, o caráter político e contestatório dessas organizações sociais rurais foram minimizados.⁷

Os moradores convertidos ao movimento dos *monges barbudos* construíram um discurso religioso pregando atitudes pacíficas e de valorização da natureza. Eles afirmavam que haviam sido eleitos por Deus para um novo destino. Por isso, buscavam um modo de vida regrado e dedicado a vivências comunitárias. Os *monges* defendiam a necessidade de purificação, com auxílio de ervas – em particular a caroba –, preparando-se para o “juízo final”. As lideranças religiosas dos *monges barbudos* foram os agricultores André Ferreira França, o “vulgo” Deca França, como é citado nos documentos, Anastácio Desidério Fiúza, conhecido como Tácio Fiúza, e vários membros da família Gonçalves da Costa – a extensa família Barnabé do Rincão do rio Caixão no Jacuizinho.

André Ferreira França foi o líder espiritual e curandeiro. Ele estava com quase 50 anos e já tinha dez filhos quando aderiu à “religião” dos *monges barbudos* em 1935, após ter batido à porta de sua residência um personagem identificado como sendo o *profeta* são João Maria.

7 Nesse sentido, a revista HISTÓRIA VIVA, n° 130, agosto de 2014. Dossiê messianismo, p. 14-29, questiona na capa: “Por que episódios repletos de significados sociais e políticos – como Canudos, Contestado e Juazeiro – foram, por tanto tempo, considerados apenas rebeliões messiânicas?”



Anastácio Desidério Fiúza teve sua conversão associada à cura de sua esposa, Ana Gonçalves Vieira Fiúza, realizada por Deca França. Ela era filha de Frutuoso Gonçalves da Costa e estava enferma de uma grave doença. Tácio tornou-se o pregador e o mobilizador da nova crença. Os dois foram assassinados em situações polêmicas em 1938 no Lagoão, então sexto distrito de Soledade. Anastácio foi morto na Semana Santa. Ele foi baleado em 14 de abril, em meio à multidão que estava acampada em torno da Igreja de Santa Catarina. André foi morto em emboscada, quatro meses depois, em 16 de agosto, na casa de um vizinho, na Coloninha, após ter estado escondido por vários meses devido às ameaças de morte que recebia. Os Gonçalves da Costa eram descendentes de Maria Pacífica da Costa e Pedro Ignacio Gonçalves – o Pedrinho Barnabé. O casal teve onze filhos e era proprietário de terras no Lagoão e no Jacuizinho. No Rincão dos Costa, no pequeno cemitério familiar, foi sepultado Anastácio. Eles conheciam e referendavam as histórias do velho *profeta são* João Maria, vários de seus filhos e genros foram presos, dois deles – Alípio e Crescêncio – ficaram cegos devido às torturas na prisão.

Os *monges barbudos* tiveram contra si as elites locais e a estrutura de Estado em transformação. A repressão política estava em recrudescimento com a ditadura de Getúlio Vargas e, particularmente, a partir de 10 de novembro de 1937, quando foi formalizado o regime de exceção e o golpe de Estado. Assim, a reunião de centenas de pessoas, em abril de 1938, na Igreja de Santa Catarina – a apenas cinco meses da instalação do Estado Novo –, intensificou os temores. Comerciantes e colonos desencadearam a ação policial que resultou em diversos feridos, seis mortos e uma centena de prisioneiros. O assassinato de Anastácio Fiúza, na igreja, e seu velório, no Rincão dos Costa, no Jacuizinho, quinto distrito de Soledade, mobilizou os vizinhos, as autoridades municipais e os comandos da Brigada Militar e da Polícia Civil que deslocaram para Soledade e Sobradinho oficiais militares e uma tropa de 70 praças e oficiais provenientes de Passo Fundo, Santa Maria e Porto Alegre.

Questões econômicas e políticas influíram na organização religiosa dos *monges barbudos*

O contexto socioeconômico e político-administrativo de Soledade e Sobradinho estava em conexão com as grandes crises e transformações dos anos 1930. As questões econômicas da época, como a crise do sistema capitalista de 1929, refletiram diretamente na economia brasileira e tiveram drásticas consequências no Rio Grande do Sul e nas localidades estudadas. As crises de superprodução agrícola atingiram a pecuária e os produtos tradicionais de exportação da região como a banha, a erva-mate, a madeira e os cristais de rocha. As



dificuldades no setor agrícola trouxeram novos desafios produtivos e de sobrevivência para os camponeses que deveriam aprender a lidar com a queda dos preços dos produtos agrícolas, a mecanização de processos produtivos, a introdução de produtos químicos na agricultura, o controle do abate dos animais e as transformações na forma de organização e comercialização dos produtos agropecuários.

Assim, foi possível verificar que a organização dos trabalhadores rurais, reunidos em torno dos *monges barbudos*, além de questões no plano espiritual, atendia à necessidade de busca de alternativas econômicas frente às novas exigências nas práticas agrícolas, especialmente com relação à erva-mate⁸ e à transformação dos suínos que foram submetidas a novas e exigentes regulamentações.⁹ Os novos tempos desorganizavam a vida tradicional e os negócios dos camponeses. Por outro lado, os grandes criadores, produtores rurais e negociantes enfrentaram a crise com duas alternativas. De uma parte, eles investiram na produtividade, com iniciativas de mecanização – o que diminuiu a necessidade de arregimentação de mão de obra – e, de outra parte, impulsionaram o associativismo empresarial. Em 1927, foi recriada a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) com o objetivo de atender os problemas da pecuária. Entre 1926 e 1930, foram criadas mais de 70 associações comerciais, agrícolas e pastoris. É dessa mesma época a criação da Federação das Associações Comerciais. As iniciativas dos produtores foram apoiadas pelo governo estadual e demonstram a necessidade de associação para o enfrentamento das crises. Aos grandes produtores foi facilitada e estimulada a organização.¹⁰

Na perspectiva dos trabalhadores rurais, pode-se afirmar que a religiosidade inspirada no *profeta* João Maria serviu para compor uma aliança entre os pequenos produtores e os safristas. Anastácio, com o seu movimento de conversão dos vizinhos, mobilizava uma população livre que habitava as florestas, o chamado “povo do mato”. Ao longo da pesquisa, foi possível observar o espaço social do mato, como lugar de produção, moradia, subsistência e fuga de relações de opressão de diversas naturezas. Essas populações tinham a destreza no manejo das florestas e habilidade nas atividades agrícolas, de criação de animais e da

8 Em 13 de abril de 1938, foi criado o Instituto Nacional do Mate (INM). Era o “órgão oficial dos interesses da indústria do mate”, formado pelos plantadores, cortadores, cancheadores, beneficiadores, comerciantes e exportadores de mate, conforme BRASIL, Decreto-Lei n. 375, de 13 de abril de 1938. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0375.htm>, acesso em: 20 de julho de 2013.

9 HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul. A terra e o homem*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1952. p. 466-9, 472; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 109, 111, 117, 141.

10 LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como Fator de Instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed., tomo 3, v. 8, São Paulo: Difel, 1982, p. 116-7; PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. Cit. p. 24, 72; VIZENTINI, Paulo F. *A Crise dos Anos 20. Conflitos e Transição*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 42-3.



produção da lavoura. Eles compunham um grupo produtivo denominado pelo jornal *Kolonie*¹¹ como os ervateiros, os carvoeiros e os jornaleiros.

Nessa mesma época, a derrubada das florestas de pinheiro e erva-mate para os negócios da madeira foi gradativamente modificando a paisagem e destruindo a possibilidade de sobrevivência independente dessas populações do mato. A comercialização da madeira de lei atendia mais de 50 serrarias em Soledade¹², que abasteciam o consumo interno e os municípios de Carazinho, Encantado e Porto Alegre. Os empreendimentos das Companhias privadas de assentamentos coloniais também faziam minguar as florestas e desalojavam os moradores.¹³ Além disso, os novos processos da indústria fumageira exigiam madeira e carvão para abastecer os fornos de secagem.

Por isso, pode-se afirmar que participaram do movimento dos *monges barbudos* os pequenos proprietários, mas também trabalhadores rurais indígenas – especialmente os guaranis – que garantiam a exploração econômica dos ervais com técnicas complexas e tradicionais. Com segurança, entre os safristas existiam também ex-escravos refugiados nos florestas após a abolição da escravatura (1888) ocorrida a apenas 50 anos antes dos eventos de 1938. Essa população rural, que garantia a produção de alimentos, o cultivo do fumo e a exploração dos ervais – inclusive para a exportação –, passou a ser “pleiteada” por uma nova força social envolvida no manto místico de uma nova “religião”.

Contra a violência política, a conversão e o pacifismo

Em paralelo à crise econômica, o momento político também foi de ruptura e rearranjo institucional. A Revolução de 1930 fez ascender setores da elite gaúcha ao centro da política nacional. No decorrer da década, no entanto, a instabilidade política favoreceu o surgimento de movimentos contestatórios, como a denominada Revolução Constitucionalista de 1932 – liderada pela elite paulista –, que acabaram por promover a regulamentação democrática com o novo Código Eleitoral (1932), a nova Constituição Federal (1934) e os processos eleitorais de 1934 e 1935. No entanto, novas radicalidades como a Intentona Comunista da Aliança Nacional Libertadora (1937) e o Levante do Partido Integralista (1938) serviram de pretexto para o fechamento político culminando com o golpe do Estado Novo. O novo marco institucional centralizou poderes na esfera federal, promoveu o fim das autonomias estaduais

11 KOLONIE. Santa Cruz, 27 de abril de 1938.

12 SOLEDADE. Offício s/n., Do Gabinete do Prefeito interino, Olmiro Ferreira Porto, para o secretário do Interior, Miguel Tostes. Relatório Financeiro de Soledade. Correspondência Expedida Soledade, 3 de agosto de 1938. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS).

13 KLIEMANN, Luíza H. Schmitz. *RS: terra & poder*. História da Questão Agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.



e fez crescer os órgãos repressivos e policiais, ao mesmo tempo em que estabelecimento outras formas de poder com a extinção dos partidos políticos e supressão das liberdades democráticas.

Em Soledade e Sobradinho, ao longo da década de 1930, os poderes político-partidários, tanto da situação, quanto da oposição, garantiram influência pública para a obtenção de uma gama de negócios privados. Algumas dessas vantagens escusas foram denunciadas e processos judiciais e administrativos buscaram apurar ou desconstituir as denúncias. Os enfrentamentos violentos entre os grandes proprietários eram por disputas de poder local, mas também por ambições estaduais. Pode-se dizer que as ações locais eram balizadas pelos interesses estaduais e nacionais e que a violência política também estava relacionada aos possíveis ganhos com a utilização de cargos públicos, como por exemplo, a situação de enriquecimento do prefeito de Sobradinho, Santo Carniel.¹⁴

Essas localidades tiveram participação ativa nos confrontos armados ocorridos de agosto a outubro de 1932, contra o Governo Provisório de Getúlio Vargas, na presidência da República, e o interventor federal no Estado, general Flores da Cunha. A adesão de setores da política gaúcha ao levante de 1932 pôs fim à aliança estabelecida desde 1928 com a Frente Única Gaúcha (FUG). Os setores oposicionistas ficaram como herdeiros políticos da FUG, sob a liderança do ex-governador Borges de Medeiros, do tradicional Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), e de Raul Pilla, do Partido Libertador (PL). Os situacionistas integraram uma nova associação política: o Partido Republicano Liberal (PRL).¹⁵ O novo partido foi criado pelo interventor federal no Rio Grande do Sul, general Flores da Cunha, que acumulava a função de presidente da agremiação¹⁶.

Assim, além das atividades agrícolas, que exigiam mão de obra e força de trabalho a ser arrematada, os negócios da política também necessitavam de serviços. Para esse “trabalho” os destros no manejo de facas e armas de fogo eram com grande serventia nas demandas da “capangagem”. Esse contingente masculino, que era mobilizado pelos produtores para os serviços agropecuários, também era convocado como grupamento armado nos conflitos de poder, como os de 1932, com a Revolução Constitucionalista, e os de 1934,

14 No capítulo 2, *Ambiente político do conflito*, pode-se observar em detalhes as disputas políticas locais e os negócios advindos dos poderes estabelecidos, KOPP, Maria da Glória Lopes Kopp. *A chave do céu e a porta do inferno: os monges barbudos* de Soledade e Sobradinho. PUCRS, Porto Alegre, 2014.

15 Segundo FERREIRA, Arthur Filho. *História Geral do Rio Grande do Sul, 1503-1957*. Porto Alegre: Editora Globo, 1958, p. 174, o Partido Republicano Liberal (PRL), na primeira eleição que concorreu elegeu “quase a totalidade da bancada gaúcha à constituinte federal de 1934.” Na eleição seguinte, para a Assembleia Estadual, manteve-se como majoritário.

16 WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências. Década de 1930-1940*. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 117.



com o processo eleitoral e as intimidações violentas de eleitores ocorridas em Soledade. Os negociantes e comerciantes garantiam as relações de mando com o serviço dos capangas para reafirmar seus poderes enquanto grupo dominante. A ruptura com práticas de violência armada proposta pelos *monges barbudos* desafiava também neste aspecto os poderes constituídos.

Repressão planejada e seletiva atingiu mais de 40 famílias

Constata-se que a repressão ao movimento religioso dos *monges* foi planejada e seletiva. Os dois principais protagonistas – o curandeiro André Ferreira França e o pregador Anastácio Desidério Fiúza – foram assassinados em situações que envolveram agentes do Estado em colaboração com civis. As investigações policiais já existiam há alguns meses antes dos confrontos da Semana Santa de 1938 e foram comprovadas por documentos policiais de Soledade e Sobradinho. As delegacias de polícia já haviam identificado e prendido para averiguação diversas pessoas. Foram encontrados registros de nove presos antes dos cercos de abril de 1938, nos documentos anexos ao relatório do major José Rodrigues da Silva.

A ação policial foi motivada pelos comerciantes e colonos assentados em empreendimentos de colonização mista que beneficiaram descendentes de imigrantes estrangeiros e também reassentaram alguns agricultores locais. As iniciativas policiais foram acompanhadas e orientadas pelo comando da Brigada Militar e pela Chefia de Polícia sempre sob o conhecimento do Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e do próprio interventor federal no Rio Grande do Sul, coronel do Exército Oswaldo Cordeiro de Farias. As pregações de Anastácio Fiúza em reuniões religiosas, realizadas quase diariamente, a concentração de *monges barbudos* nas capelas rurais, a retórica de que os adeptos da “seita” eram os escolhidos por Deus para um novo destino foi alarmando os não participantes. As curas de André Ferreira França, manipulando ervas locais e realizando rituais de magia¹⁷, foi aglutinando pessoas em sua casa, que passou a ser um local de referência para os aflitos. O empoderamento do agricultor curandeiro Deca França – que atribuía seus feitos aos ensinamentos do *monge* João Maria – e do mobilizador Tácio Fiúza foram ameaçando o

17 Para o sociólogo PIERUCCI, Antônio Flávio. *A magia*. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 9: “A crença mágica reside na suposição de que alguns seres humanos são capazes de controlar forças ocultas (pessoais ou impessoais) e intervir nas leis da natureza por intermédio de técnicas rituais. Trata-se de um poder extraordinário – um carisma, no sentido forte do termo – que, segundo se crê, capacita quem é mago, bruxo, feiticeiro ou xamã a impor sua vontade às forças supra-sensíveis (tanto faz se divinas ou demoníacas) e direcioná-las para a concretização dos objetivos para os quais é solicitada sua competente performance profissional: predizer o destino de alguém, curar uma doença, defender dos invejosos, atacar os inimigos.”



monopólio dos poderes locais permanentemente em disputa violenta em Soledade e Sobradinho.

Segundo registros do major José Rodrigues da Silva, enviados para o comandante geral da Brigada Militar¹⁸, nas reuniões de orações participavam “em comum” homens, mulheres e crianças, especialmente os jovens – a “rapaziada” que era “a mais assediada para a seita”. Anastácio era “esperto e muito dinâmico” e conseguia conquistar a “obediência de seus fiéis”. Seu dinamismo pôde ser verificado pelo fato dele levar a produção agrícola, sua e de seus vizinhos, para vender em Lajeado, enfrentando os interesses dos comerciantes locais que lucravam com a intermediação da venda das safras. A disposição de Anastácio em andar a pé ou a cavalo, percorrendo a região, colocava-o como uma liderança frente a tantos grupos submetidos a relações de exploração.¹⁹

Assim, frente às inúmeras situações de opressão política e de exploração econômica um grupo de famílias – mais de 40 foram identificadas²⁰ – ligadas por relações de amizade, solidariedade, casamento e proximidade geográfica, aderiram às práticas místicas e mágicas atribuídas a influência do personagem João Maria. No entanto, pode-se afirmar que essas crenças tinham origens em gerações anteriores. A prática curativa de André Ferreira França estava vinculada a um conhecimento tradicional da floresta e das propriedades terapêuticas da flora local. A menção da existência mais remota de elementos dessa religiosidade também foi sugerida no depoimento de Abrelino da Rocha Soares²¹, que se referiu a crenças dos antepassados. Além disso, outras passagens do *são* João Maria foram registradas na região desde o século XIX, como mencionaram Idalcinéia Alves da Costa e Izaltina Gonçalves da Costa.²²

18 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Relatório: sobre os acontecimentos ocorridos nos municípios de Soledade e Sobradinho com o surto de fanatismo religioso praticado por elementos que se tornaram conhecidos por ‘monges barbudos’. Do major José Rodrigues da Silva para o comandante geral da Brigada Militar. Porto Alegre, 12 de julho de 1938 (APERS).

19 Segundo ENTREVISTA ORLANDINO GONÇALVES DA COSTA realizada no Rincão dos Costa, então município de Salto do Jacuí, em 21 de janeiro de 1990, Anastácio sustentava a família criando e comercializando suínos. Tocava mais de 100 animais a pé – suas criações e as dos vizinhos –, com o auxílio de jovens da família. Vendia também cristais de quartzo, comprava na região e levava para o município limdeiro de Lajeado, percorria cerca de 85 km com animais, milho e cristais de rocha.

20 Através da lista de presos no Jacuizinho após o sepultamento de Anastácio, conforme anexos de RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Relatório sobre os acontecimentos ocorridos nos municípios de Soledade e Sobradinho com o surto de fanatismo religioso praticado por elementos que se tornaram conhecidos por ‘monges barbudos’. Do major José Rodrigues da Silva para o comandante geral da Brigada Militar. Porto Alegre, 12 de julho de 1938.

21 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho. Comarca de Santa Cruz. Interrogatório de Abrelino da Rocha Soares, 10 de novembro de 1937. Documento anexo ao Relatório do major José Rodrigues da Silva para o comandante geral da Brigada Militar. (APERS)

22 ENTREVISTA IDALCINÉIA ALVES DA COSTA. Tunas, 20 de janeiro de 1990; ENTREVISTA IZALTINA GONÇALVES DA COSTA. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.



O velho *monge profeta* são João Maria teria estado nessas localidades em passagens episódicas²³ como em 1893, durante a Revolução Federalista, em 1930 e em 1935 – na casa de Deca França, onde teria permanecido por 24h. O *profeta* teria retornando seis meses depois. Em 1938, João Maria teria estado na casa de Tácio Fiúza para orientar os *fiéis* para a Semana Santa. Os *monges* entrevistados consideravam que o velho *profeta* “baixou”. Para alguns, João Maria era um “espírito”, encarnado em um velho pequeno, curvado, de etnia bem brasileira, poderia ser identificado como negro ou bugre. Um “espírito que comia pouco”, que tinha a marca de uma lança no peito, assim como seu pai. Seriam essas marcas vestígios das torturas corporais dos tempos da escravidão? Para os entrevistados, João Maria era um e eram três, os irmãos Manuel de Tibagé. Ele era uma pessoa simples, do fogo e da biriva.

Essas descrições ficam longe de um estrangeiro ruivo com sotaque, apontadas por Riogradino da Costa e Silva – que também registrou os vínculos com o toldo indígena dos caingangues em Nonoai –, o *profeta* do Lagoão e do Jacuizinho era João Maria de Assis, como afirmou o benzedor Alfredo Antônio dos Santos²⁴, com 66 anos, em seu depoimento na Delegacia de Polícia de Soledade. Com isso, esse João Maria distancia-se também de João Maria de Agostini e João Maria de Jesus, ambos estudados por Oswaldo Rodrigues Cabral²⁵ nos anos 1960. Para a sensibilização de André Ferreira França, o velho *monge* teria chegado em 20 de janeiro, dia de São Sebastião, e no curto espaço de um dia, “nas 24h”²⁶, teria ensinado a cura com as ervas, falado sobre o fim dos tempos, a volta de Jesus Cristo, a salvação dos escolhidos. Para garantir suas pregações, João Maria teria deixado uma *Carta de Aviso*, propondo a ruptura com os que não eram bons e com os que “abusavam”.

Os *monges barbudos*, por meio das manifestações atribuídas ao *profeta* João Maria, ou da *Carta de Aviso*, apresentavam um Jesus Cristo nervoso, irritado, descontente em não ter sido atendido, indignado com os que perderam tempo para a salvação e fazia ameaças com o inferno. Essas manifestações de rigidez e ruptura entram em contradição com a versão de que “nada é proibido”, expressa por uma das entrevistadas. Assim temos duas ênfases antagônicas: a expressa por Andreza Gonçalves Reis, com a separação radical entre os bons e os ruins, e a de Idalcinéia Alves da Costa, de flexibilidade e de direitos.

23 FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre/Florianópolis, Editora da UFRGS e Editora da UFSC, 1995.

24 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Soledade. Comarca de Soledade. Termo de Declaração de Alfredo Antônio dos Santos. Delegacia de Polícia de Soledade, 3 de junho de 1938, 16h, manuscrito. (APERS)

25 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *João Maria*. [S.l.], Editora Nacional, 1963.

26 ENTREVISTA ORLANDINO GONÇALVES DA COSTA realizada no Rincão dos Costa, então município de Salto do Jacuí, em 21 de janeiro de 1990.



Espíritos que baixam, conversão, passes, caroba e pés nos chão

A aparição do velhinho maltrapilho João Maria convocou o agricultor Deca França para outro destino. Com a conversão, André França teria começado a dar “passes”, a dar “remédio” para a confirmação e a curar com ervas, em especial a caroba – que limpava “o sangue e a alma”. Ele tornou-se curandeiro: propunha terapias de contato com a terra – os pés no chão –, valorizava as águas e estabeleceu processos curativos que envolviam a hospedagem dos doentes em sua casa, alguns por nove dias. Ele passou a usar um objeto de cura, o enxergão de lã de ovelha, recomendado por João Maria, que era queimado para que a fumaça agisse nos doentes.

Embora vários entrevistados tenham se identificado com a religião Católica Apostólica Romana, os “passes” de Deca França provocavam fortes reações, como a situação de uma mulher que teria “vomitado cabelos”. Também acreditavam que os espíritos “baixavam”, assim foi com João Maria, assim foi no velório de Anastácio Fiúza, quando as próprias santas Catarina e Terezinha “baixaram” em duas das moças. As jovens da família Ferreira – Maria Cândida Ferreira de Camargo, qualificada como a “Santa Catarina”²⁷, e Maria Florestina Ferreira²⁸, identificada como “Santa Terezinha” – foram as duas únicas mulheres a serem presas. Elas foram levadas como prisioneiras juntamente com um grupo de nove detidos enviados para Porto Alegre. No velório de Anastácio, no momento do cortejo para a sepultura, conforme relato de Orlandino Costa²⁹, uma das moças da família Ferreira teria saído gritando e dançando em um pé só, rogava pela “minha rainha Santa Catarina, que é virgem e é poderosa”. Esse fato “embeveceu” a todos, muitos “não conheciam” esse tipo de manifestação, por isso, ficaram distraídos e acabaram se descuidando das forças de repressão. Para os não convertidos, os *monges* praticavam o “baixo espiritismo”, como enquadrou o juiz Aristides Dutra Boeira³⁰ Com alguma segurança pode-se associar elementos dessa ritualística com práticas de matriz africana e de magia indígena.

27 Maria Cândida Ferreira de Camargo foi identificada pelo correspondente do CORREIO DO POVO de 05 de maio de 1938, como a Santa Catarina dos monges. Ela foi entrevistada na cadeia civil de Soledade.

28 Maria Florestina [ou Florícia] Ferreira foi identificada como a Santa Terezinha dos monges. Ela foi levada presa com outras duas pessoas para Porto Alegre. No total, nove pessoas foram deslocadas presas da delegacia de Polícia de Soledade para Porto Alegre.

29 ENTREVISTA ORLANDINO GONÇALVES DA COSTA realizada no Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, em 21 de janeiro de 1990.

30 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Escritania do Juri de Sobradinho. Processo crime ordinário comum. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. 1938-1942. Vistos, Etc. Setença do Juiz de Direito Aristide Dutra Boeira, Juiz de Direito. Candelária, 30 de março de 1942. Vol 2, p. 203-204v.



A conversão de Anastácio, vinculada à cura de sua esposa Ana Fiúza, foi apresentada pelos entrevistados como uma radical transformação individual: de um jovem casado, mas envolvido em farras, brigas em festas, jogos de carta, carreira de cavalo – um comportamento semelhante ao seu mais provável algoz, Oscar Telles³¹ –, passou a pregar a “nova religião”. Anastácio Fiúza, com pouco mais de 30 anos, passou a puxar terços e novenas, a fazer rezas em funerais e a pregar o “benefício de nova vida” para familiares e vizinhos. A ruptura feita por ele com as práticas sociais inconvenientes e agressivas, pode ter sido acompanhada por outras pessoas.

Outro exemplo a ser considerado como um possível processo de conversão e mudança de comportamento é o do agricultor Abrelino da Rocha Soares³². Ele foi preso para interrogatório sobre o movimento dos *monges* e foi apontado pelo delegado de polícia de Sobradinho como “perigosíssimo”. O delegado afirmou que ele estaria envolvido em três assassinatos, embora não tenha sido comprovada a sua participação em nenhum deles. Com isso, fica a pergunta: Abrelino e algum outro participante do movimento religioso poderiam ter tido algum envolvimento com os capangas conhecidos como *bombachudos* vinculados ao prefeito de Soledade Francisco Müller Fortes do Partido Republicano Liberal (PRL)?

Nomeado pelo governador, o prefeito Müller manteve-se no poder municipal de 02 de maio de 1934 até 1º de outubro de 1935. Ele foi envolvido em várias denúncias de violência durante sua gestão. Contudo, o prefeito conseguiu interferir de forma coercitiva na tumultuada eleição de 1934. Esse processo eleitoral elegeu os deputados estaduais para a Assembleia Constituinte Estadual. Estava em jogo o processo constituinte estadual e a escolha, de forma indireta, do novo governador. Os deputados estaduais elegeram dois senadores e o general Flores da Cunha para continuar governando o Estado.³³

Enfrentamentos políticos violentos: exageros, fofocas e boatos justificaram a repressão

Assim, procede a indagação: entre os participantes do movimento religioso existiriam agentes da violência política de Soledade e Sobradinho convertidos e dispostos a novas práticas comunitárias? As orientações dos *monges barbudos* eram claras: não matar, não roubar, não mexer no alheio, evitar a “malandragem”, exercer uma reação pacífica,

31 Oscar Telles respondeu a diversos processos crimes por promover agressões em festas e disputas violentas motivadas por jogos.

32 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho. Comarca de Santa Cruz. Interrogatório de Abrelino da Rocha Soares, 10 de novembro de 1937. Documento anexo ao Relatório do major José Rodrigues da Silva para o comandante geral da Brigada Militar. (APERS)

33 CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha: 1930-1945*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007, p. 66-7; NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil*. Do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro, Zahar, 2012, p. 73-7, 81.



oferecendo “a outra face”, morrer “como cordeiro” ou “como galinha”. As curas eram “uma graça” recebida. As palavras eram “sagradas”. Os sonhos eram vistos como possibilidade de comunicação com os mortos ou como revelação de mistérios sobrenaturais. Eles destacavam a solidariedade, “dar um prato de comida”, dinheiro, “uma oferta”. Sobre o trabalho, refutaram com veemência a fofoca disseminada de que eles abandonaram as tarefas produtivas, apenas teriam defendido o direito aos sábados e aos dias santos, flexibilizando o domingo, caso fosse necessário, em épocas de safra. Defendiam o casamento na igreja e no cartório.

Na leitura e da análise dos documentos policiais de 1938, produzidos pelas Delegacias de Polícia de Soledade e Sobradinho e por oficiais da Brigada Militar, especialmente nos depoimentos de testemunhas, a existência de boatos, exageros e a amplificação dos fatos e das circunstâncias. Assim, o número de participantes na Igreja de Santa Catarina varia conforme o envolvimento do depoente com o evento. Para os *monges* que depuseram em junho de 1938, havia cerca de 300 participantes. Os que chamaram as autoridades de Sobradinho falavam em torno de mil, “numerosa multidão” e a possibilidade de “reforços” vindos de outras localidades. O horário que os *monges* começaram a chegar à igreja também varia entre 20h e 23h. Observa-se que alguns detalhes foram acentuados visando dar gravidade às motivações do encontro para justificar os temores e a ação policial contra agricultores reunidos para rezar. O extremo dos boatos foi o vínculo dos *barbudos* com o ex-governador Flores da Cunha, um reforço de cinco mil homens e mensagens deixadas por voos rasantes, conforme informações prestadas por moradores contrários na Delegacia de Polícia de Sobradinho.

Essa versão de vínculo com o governador no exílio pode ter sido o álibi para a ação do prefeito municipal de Soledade, o farmacêutico Olmiro Ferreira Porto, historicamente vinculado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e à Frente Única Gaúcha (FUG). As ações policiais estavam articuladas com os poderes municipais e estaduais. A gestão da FUG na etapa inicial do Estado Novo em Soledade – depois de ter estado afastada por vários anos do poder municipal pelos sucessivos prefeitos nomeados pelos esquemas de poder do então governador Flores da Cunha e de seu partido, o PRL – coincide com os atos de repressão ao movimento dos *monges barbudos*. Dessa forma, algumas perguntas de natureza política permanecem sem resposta e podem suscitar novas pesquisas. A repressão aos *monges barbudos*, verificada de março a agosto de 1938, período que corresponde à gestão da FUG em Soledade, poderia ser considerada como retaliação contra o poder do PRL de Flores da Cunha? Os *monges barbudos* tiveram algum tipo de vínculo político partidário?



Considerações finais

Pode-se afirmar que o discurso religioso dos *monges barbudos* questionou as transformações que estavam ocorrendo nas relações de produção econômica e como um protesto velado, ou explícito, aos desmandos políticos. O processo acelerado de destruição ou de apropriação privada dos recursos naturais – como as florestas e os ervais – e as inovações na produção do fumo, como as novas tecnologias químicas e a utilização de fornos para a secagem das folhas alteravam a paisagem e a rotina agrícola. As práticas religiosas expressavam as angústias das populações locais com a tumultuada conjuntura política e econômica. Eles adotaram uma perspectiva de superação divina para as incertezas e os sofrimentos terrenos. Tinham a urgência da justiça divina para transformar a realidade existente.

Fica evidenciado na documentação da época: os lados em conflitos, os dois grupos nitidamente constituídos, as inimizades. Por outro lado, observa-se o esforço de institucionalização do Estado e dos serviços de segurança pública: os delegados de polícia são chamados a registrar os acontecimentos, a colher depoimentos, chamar testemunhas e a realizar laudos periciais. Percebe-se que, do ponto de vista dos poderes institucionais, era necessário justificar a morte de um homem desarmado, dentro de uma igreja, e de um bebê no colo de sua mãe³⁴. Assim, os funcionários públicos acabaram por atuar na perspectiva de justificar as violências a partir de uma suposta iniciativa dos agredidos.

Os antagonistas criaram um perfil para desqualificar os *monges barbudos*: tinham posturas inadequadas frente ao sagrado, eram agressivos, queriam tomar as propriedades, ameaçavam de morte, estavam envolvidos em assassinatos, iniciaram os tiroteios. As autoridades civis e policiais não tiveram dúvidas em defender os comerciantes e os contrários aos *monges* justificando com os “infiltrados” as supostas atitudes mais agressivas. Quanto aos *barbudos*, foram difamados, caluniados, presos, perseguidos, humilhados, feridos e mortos.

Por fim, algumas questões podem ser sistematizadas como um resultado desse estudo. Uma primeira questão, e a mais decisiva, é a de que os participantes do movimento religioso dos *monges barbudos* estavam inseridos no modelo econômico de produção, mantinham relações de trabalho, de compra e venda e de convivência social e política com os seus opositores, relações essas nem sempre pacíficas. A segunda questão é a de que os opositores compunham a elite política e econômica local e estavam associados aos poderes municipal,

34 Francisco Vital, bebê de 20 dias, morreu baleado no colo da mãe, Catarina Vital. Ela também foi atingida no braço. O ferimento foi tratado por André Ferreira França.



estadual e nacional. O receio dos comerciantes era o de perder a mão de obra agrícola, pastoril e extrativista – por vezes, bastante explorada nas relações trabalhistas. Estava em jogo a exportação de alimentos e dos derivados animais – como a banha e as carnes – a industrialização do fumo, o processamento da erva-mate e os lucrativos negócios da madeira e da venda de lotes coloniais.

A terceira questão é a de que o recurso ao uso da força era uma marca nas relações sociais e políticas em Soledade e Sobradinho na década de 1930 e tiveram permanência na história local. A quarta questão é a de que o discurso de resistência pacífica e do naturismo preservacionista apresentado pelos *monges* encontrou eco entre os excluídos do poder e confrontou a elite abastada no seu *modus operandi* autoritário e violento. A quinta questão é a de que a seita dos *monges barbudos* trazia elementos constitutivos de diversas matrizes culturais e étnicas sincretizando magia e religiosidade, conhecimento popular curativo e elementos do catolicismo popular. A religiosidade criada era um sincretismo cultural entre messianismo, catolicismo, espiritismo e magia.

As relações econômicas e políticas locais sofriam as consequências de uma conjuntura de crise econômica, de repressão política e de intolerância generalizada. Era 1938 e o mundo rumava para a Segunda Guerra Mundial. A epopeia dos *monges barbudos*, agricultores do interior dos municípios de Soledade e Sobradinho, que resistiram às relações de poder local e lutaram pelo direito de organização e manifestação religiosa, ainda tem muitos aspectos a serem desvendados e aprofundados. No entanto, os conflitos podem ser inscritos como exemplo de repressão política e de intolerância social, mas também de resistência e capacidade de agência e de associação entre as camadas mais empobrecidas do Rio Grande do Sul.

Referências

- BRASIL. Decreto-Lei nº 375, de 13 de abril de 1938. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0375.htm>, acesso em: 20 de julho de 2013.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *João Maria*. [S.l.], Editora Nacional, 1963; FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre/Florianópolis, Editora da UFRGS e Editora da UFSC, 1995.
- CAMPOS, Sonia Siqueira et al. *Segredo: história e tradicionalidade*. Porto Alegre: IGTF, 1990, texto de Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, p. 17-27.
- CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da violência*. A polícia da era Vargas. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1993.



- COHEN, Abner. *O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.
- CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 18 e 21 de abril e 8 de maio de 1938.
- CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha: 1930-1945*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.
- DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo, 19 e 27 de maio de 1938.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 27 de abril de 1938.
- ENTREVISTA ANDREZA GONÇALVES REIS. Despraiado, Lagoão, 21 de janeiro de 1990.
- ENTREVISTA IDALCINÉIA ALVES DA COSTA. Tunas, 20 de janeiro de 1990.
- ENTREVISTA IZALTINA GONÇALVES DA COSTA. Rincão dos Costa, então município de Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.
- ENTREVISTA ORLANDINO GONÇALVES DA COSTA realizada no Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, em 21 de janeiro de 1990.
- FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre/Florianópolis, Editora da UFRGS e Editora da UFSC, 1995.
- FERREIRA, Arthur Filho. *História Geral do Rio Grande do Sul, 1503-1957*. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.
- FILATOW, Fabian. *Do sagrado à heresia: o caso dos monges barbudos (1935-1938)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.
- GOES, Cesar Hamilton Brito. *Nos caminhos do santo monge: religião, sociabilidade e lutas sociais no Sul do Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul*. A Terra e o Homem. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1952.
- HISTÓRIA VIVA, nº 130, agosto de 2014. *Dossiê messianismo*, p. 14-29.
- KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: terra & poder*. História da Questão Agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- KOLONIE. Santa Cruz, 27 de abril de 1938.
- KOPP, Maria da Glória Lopes Kopp. *A chave do céu e a porta do inferno: os monges barbudos de Soledade e Sobradinho*. PUCRS, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/6697>. Acesso em 01/11/2014.
- KUJAWA, Henrique Aniceto. *Cultura e religiosidade cabocla: movimento dos monges barbudos no Rio Grande do Sul -1938*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2001.
- LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como Fator de Instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed., tomo 3, v. 8, São Paulo: Difel, 1982, p. 116-7.
- MONTEIRO, Paula. *Magia e pensamento mágico*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil*. Do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.
- O NACIONAL. Passo Fundo, 22 de abril de 1938.



PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *A magia*. São Paulo: Publifolha, 2001.

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Relatório sobre os acontecimentos ocorridos nos municípios de Soledade e Sobradinho com o surto de fanatismo religioso praticado por elementos que se tornaram conhecidos por 'monges barbudos'. Do major José Rodrigues da Silva para o comandante geral da Brigada Militar. Porto Alegre, 12 de julho de 1938. Relatório com anexos: relatórios dos delegados de polícia, manuscritos de depoimentos de testemunhas, laudos e atestados. Documentos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho. Comarca de Santa Cruz. Interrogatório de Abrelino da Rocha Soares, 10 de novembro de 1937. Documento anexo ao Relatório do major José Rodrigues da Silva para o comandante geral da Brigada Militar. (APERS)

RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Soledade. Comarca de Soledade. Termo de Declaração de Alfredo Antônio dos Santos. Delegacia de Polícia de Soledade, 3 de junho de 1938, 16h, manuscrito. (APERS)

RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Soledade. Comarca de Soledade. Termo de Declaração de Alfredo Antônio dos Santos. Delegacia de Polícia de Soledade, 3 de junho de 1938, 16h, manuscrito. (APERS)

RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Escrivania do Juri de Sobradinho. *Processo crime ordinário comum*. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparicio Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. 1938-1942. (APERS)

SOLEDADE. Ofício s/n., Do Gabinete do Prefeito interino, Olmiro Ferreira Porto, para o secretário do Interior, Miguel Tostes. Relatório Financeiro de Soledade. Correspondência Expedida Soledade, 3 de agosto de 1938. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS).

VERDI, Valdemar Cirilo. *Soledade das sesmarias, dos monges barbudos, das pedras preciosas*. Não me Toque (RS), Gesa, 1987.

VIZENTINI, Paulo F. *A Crise dos Anos 20*. Conflitos e Transição. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999.